



Nota Técnica 57: As Diversas Experiências com Moedas Sociais: Análise Comparativa e Implicações para o Desenvolvimento Local

Sergio Kelner Silveira¹

Carolina Beltrão de Medeiros²

Introdução

O surgimento e a evolução das moedas sociais representam uma inovação social de amplo alcance, que estimula e proporciona desenvolvimento comunitário e inclusão financeira. Em um contexto global onde comunidades enfrentam desafios crescentes de marginalização econômica e acesso limitado aos serviços bancários tradicionais, as moedas sociais emergem como instrumentos transformadores para fomentar o desenvolvimento local e a resiliência econômica. Esta nota técnica examina os fundamentos teóricos, as implementações práticas e as experiências comparativas de moedas sociais em diferentes contextos, com particular atenção ao seu papel na promoção da economia solidária e do desenvolvimento local. Por meio de uma análise de casos internacionais e brasileiros, exploramos como esses sistemas monetários alternativos são estruturados e aspectos como o equilíbrio entre empoderamento comunitário e restrições legais e de adoção de políticas públicas vinculadas ao desenvolvimento dessas moedas são os fatores cruciais que potencializam ou restringem sua eficácia na consecução de objetivos sociais e econômicos.

Contextualização Histórica

O surgimento das moedas sociais está intrinsecamente ligado a períodos de crise econômica e busca por alternativas monetárias, sendo que as primeiras experiências sistemáticas remontam à década de 1930 (STUDER, 1998), com o sistema WIR³ na Suíça, que ainda persiste, que é um sistema de compensação de crédito criado na Suíça em 1934, em resposta à Grande Depressão, com o objetivo de estimular o comércio entre pequenas e médias empresas. Fundado como o Círculo Econômico WIR, ele introduziu uma moeda complementar, o franco WIR, que permite transações sem o uso de dinheiro convencional. Diferente das moedas tradicionais, o WIR funciona como um sistema de compensação, onde os participantes podem comprar e vender bens e serviços dentro da rede, promovendo a liquidez econômica sem depender exclusivamente do sistema bancário tradicional.

A partir dos anos 1980, com o advento dos LETS no Canadá (BLANC, 1998, observou-se uma proliferação global dessas iniciativas, adaptadas a diferentes contextos socioculturais. Surgiram como uma alternativa comunitária à economia monetária tradicional. O LETS permite que os participantes troquem bens e serviços utilizando uma moeda local baseada em créditos, sem a necessidade de dinheiro convencional. Essas redes visam fortalecer economias locais, aumentar a inclusão social e proporcionar maior resiliência econômica diante de crises financeiras. A experiência canadense dos LETS influenciou iniciativas similares em diversos países, consolidando-se como uma ferramenta para promover economias solidárias e sustentáveis.

¹ Economista do NISP: sergio.kelner@fundaj.gov.br

² Pesquisadora do NISP: carolina.medeiros@fundaj.gov.br

³ STUDER (1998)

Fundamentação Teórica Tradicional e suas Críticas

A base teórica tradicional das moedas sociais encontra respaldo em diferentes correntes do pensamento econômico heterodoxo, especialmente:

- **A Economia Solidária** (SINGER, 2002): é um modelo de organização econômica baseado na cooperação, na autogestão e na valorização do trabalho sobre o capital. Diferente da economia capitalista tradicional, que prioriza o lucro e a competitividade, a economia solidária busca a inclusão social, a distribuição justa dos recursos e a sustentabilidade. Esse modelo inclui diversas formas de organização, como cooperativas, associações, redes de trocas, clubes de troca, bancos comunitários e empresas autogeridas. A economia solidária se fundamenta na democracia econômica, onde as decisões são coletivas e os trabalhadores são donos e gestores do próprio empreendimento.
- **O Desenvolvimento Local Endógeno** (BARQUERO, 2009): é um conceito com uma abordagem territorial que enfatiza o crescimento e a acumulação de capital a partir dos recursos internos de uma região, incluindo fatores econômicos, humanos, institucionais e culturais. Ele argumenta que o desenvolvimento local é impulsionado pela capacidade das comunidades de mobilizar esses recursos, promovendo processos de inovação, aprendizado e adaptação às mudanças econômicas globais. Destaca a importância das políticas de desenvolvimento local como respostas eficazes aos desafios da globalização, permitindo que os territórios fortaleçam suas economias por meio de estratégias baseadas em suas especificidades e potencialidades.
- **A Teoria das Finanças Solidárias** (LAPENU;PIERRET, 2007): estuda a modelagem de serviços financeiros a populações excluídas dos sistemas bancários tradicionais, visando à inclusão financeira e ao desenvolvimento econômico sustentável. As finanças solidárias englobam iniciativas como cooperativas de crédito, microfinanças e outras instituições que operam com princípios de solidariedade, participação democrática e foco no desenvolvimento local. Os autores analisam como essas instituições podem contribuir para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios relacionados à sustentabilidade financeira, governança e impacto social.

Entretanto há críticas com base no pensamento ortodoxo:

- A crítica à economia solidária parte do pressuposto de que essa abordagem promove uma visão mistificadora do capitalismo, tratando o uso do capital como uma escolha individual e não como um processo estruturalmente condicionado. Segundo (WELLEN, 2008), ao considerar que o capital pode ser utilizado de forma solidária, a economia solidária acaba por reforçar a alienação, pois ignora as determinações sistêmicas do capitalismo que moldam as relações econômicas e sociais. Além disso, a tentativa de transformar a solidariedade em um diferencial competitivo para as organizações do setor resulta em uma mercantilização da própria solidariedade, convertendo-a em um valor de troca e, assim, reproduzindo a lógica capitalista que busca maximizar a obtenção de mais-valia. Dessa forma, longe de representar uma alternativa genuína ao capitalismo, a economia solidária pode ser vista como um mecanismo que, em última instância, legitima e perpetua as desigualdades inerentes ao sistema econômico vigente

- Uma das principais críticas ao modelo de Desenvolvimento Local Endógeno (DLE) reside em sua concepção reducionista, que pressupõe a existência de apenas duas opções para o desenvolvimento: a estratégia exógena, baseada na atração de investimentos externos, e a endógena, focada na mobilização de recursos locais. Essa dicotomia ignora a possibilidade de alternativas que combinem elementos de ambas as abordagens, promovendo um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. Além disso, a crença na autonomia dos atores locais para conduzir o desenvolvimento contrasta com a realidade da concentração econômica e do poder nas mãos de grandes corporações e instituições financeiras globais, o que limita significativamente a capacidade das localidades de se tornarem economicamente autossuficientes. Outra crítica relevante é que o DLE, ao enfatizar a competitividade entre localidades, reforça lógicas neoliberais de mercado, o que pode aprofundar as desigualdades regionais, beneficiando apenas as áreas que já possuem vantagens competitivas pré-existentes. Assim, em vez de promover um desenvolvimento equitativo, o DLE pode, na prática, contribuir para a fragmentação territorial e a exclusão social de regiões menos desenvolvidas (BRAGA, 2002).

Apesar das críticas, as moedas sociais oferecem uma resposta prática para os problemas estruturais do capitalismo, atuando como um instrumento eficaz de inclusão financeira e produtiva:

- Inclusão Financeira: Muitas comunidades enfrentam barreiras para acessar o sistema bancário formal, seja por falta de garantias para obter crédito ou pelo alto custo das transações financeiras. As moedas sociais eliminam essa barreira ao permitir trocas diretas, reduzindo a dependência do dinheiro convencional e garantindo maior acesso a bens e serviços (LAPENU; PIERRET, 2007).
- Fomento à Produção Local: As moedas sociais incentivam a circulação da riqueza dentro da própria comunidade, fortalecendo pequenos negócios e cooperativas. Isso evita a evasão de capital e cria um ecossistema econômico local mais resiliente, onde a geração de renda e emprego não depende exclusivamente de investimentos externos (BARQUERO, 2009).
- Autonomia Econômica: Diferente do modelo tradicional, onde a escassez de moeda pode paralisar atividades produtivas, as moedas sociais garantem liquidez para trocas dentro da comunidade. Isso permite que mesmo em momentos de crise econômica global, as comunidades possam manter um nível básico de atividade econômica e sustentar suas necessidades básicas (SINGER, 2002).

Longe de representar uma ruptura com o modelo capitalista, a economia solidária pode acabar funcionando como uma estratégia de adaptação das comunidades às regras do mercado global, diminuindo desigualdades em vez de ampliá-las.

As moedas sociais desempenham um papel fundamental na economia solidária, promovendo inclusão financeira, fortalecimento da identidade comunitária e desenvolvimento econômico local. No entanto, sua implementação e sustentabilidade dependem de uma série de fatores que influenciam sua aceitação, circulação e eficácia. Esses fatores podem ser analisados sob três grandes perspectivas: o contexto das moedas sociais, os aspectos potencializadores que contribuem para sua expansão e os desafios que podem restringir seu impacto.

Contexto das Moedas Sociais

A experiência internacional demonstra a diversidade de formatos de moedas sociais, permitindo a identificação de boas práticas e desafios na implementação desses sistemas monetários alternativos. Comparações com casos bem-sucedidos em outros países ajudam a aprimorar estratégias e evitar obstáculos comuns, tornando as moedas sociais mais eficazes na promoção do desenvolvimento econômico local.

A regulamentação dessas moedas é um fator determinante para sua continuidade e evolução. Um arcabouço legal claro pode conferir maior segurança jurídica, facilitar sua adoção e permitir sua integração ao sistema monetário nacional. Em alguns casos, moedas sociais possuem conversibilidade com a moeda oficial, o que influencia sua aceitação e estabilidade, além de gerar maior confiança entre comerciantes e consumidores.

O apoio governamental também é um aspecto central no desenvolvimento das moedas sociais. A adoção de políticas públicas voltadas para sua promoção pode determinar o nível de suporte oferecido às comunidades que utilizam essas moedas. Da mesma forma, a intervenção estatal pode ser um fator decisivo na implementação, criando incentivos ou barreiras que afetam sua circulação.

Classificação	Ponto Principal	Categoria	Justificativa
Contexto	Experiências internacionais demonstram diferentes formatos.	Comparação Internacional	Permite identificar boas práticas e desafios.
	Regulamentação pode definir o futuro das moedas sociais.	Legislação	Impacta na continuidade e evolução do sistema monetário.
	Algumas moedas sociais possuem conversibilidade com moeda oficial.	Modelo Monetário	Influência na aceitação e estabilidade da moeda.
	Apoio governamental varia por política.	Política Pública	Define nível de suporte às iniciativas locais.
	Intervenção estatal pode ser um fator decisivo na implementação.		Define os incentivos e barreiras para a circulação.

Aspectos Potencializadores das Moedas Sociais

Diversos fatores contribuem para o fortalecimento e expansão das moedas sociais. Um dos mais importantes é a governança comunitária, que permite que a gestão dessas moedas seja participativa e descentralizada, facilitando a adesão e o controle social sobre seu uso. Esse modelo garante maior comprometimento da comunidade e fomenta o senso de pertencimento.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) desempenham um papel fundamental na ampliação do alcance das moedas sociais ao oferecer uma infraestrutura financeira que permite seu funcionamento. Essas instituições atuam como facilitadoras da circulação da moeda e da concessão de microcréditos, ampliando o impacto econômico dessas iniciativas.

Além disso, os modelos de reciprocidade fortalecem a economia solidária ao incentivar trocas econômicas dentro da comunidade, garantindo que a riqueza gerada permaneça no território. Esse modelo impulsiona a economia local, reduzindo a dependência de sistemas financeiros tradicionais e proporcionando maior autonomia econômica para os moradores.

Outro aspecto relevante é que as moedas sociais promovem a identidade territorial, fortalecendo os laços comunitários e a colaboração entre os cidadãos. Esse elemento simbólico aumenta a adesão à moeda, tornando seu uso mais duradouro e sustentável.

As moedas sociais também funcionam como ferramentas de resistência econômica, ajudando comunidades a enfrentar crises financeiras e proporcionando uma alternativa para momentos de recessão. Além disso, elas atuam como instrumentos contra a exclusão financeira, facilitando o acesso a crédito e consumo para populações que historicamente não possuem acesso ao sistema bancário formal.

A paridade com a moeda nacional facilita a aceitação das moedas sociais pelos comerciantes, garantindo maior credibilidade ao sistema. Para isso, redes de confiança são essenciais, pois a aceitação da moeda depende da percepção de segurança dos usuários. O uso da tecnologia digital surge como um fator inovador que pode facilitar a expansão dessas moedas, tornando seu uso mais acessível e eficiente.

Classificação	Ponto Principal	Categoria	Justificativa
Potencializador	Governança comunitária é essencial.	Gestão Comunitária	Facilita adesão e controle social da moeda.
	Modelo de BCDs amplia alcance das moedas sociais.	Infraestrutura Financeira	Favorece a expansão do uso da moeda.
	Modelos de reciprocidade fortalecem a economia solidária.	Trocas Econômicas	Ampliam o engajamento e circulação da moeda.
	Moedas sociais fortalecem a economia local.	Economia Solidária	Circulação de riqueza no território.
	Moedas sociais podem gerar autonomia econômica.	Desenvolvimento Comunitário	Reduz a dependência de sistemas financeiros tradicionais.

	Moedas sociais promovem identidade territorial.	Identidade Local	Fortalecem o sentimento de pertencimento e colaboração.
	Moedas sociais promovem identidade territorial.	Identidade Local	Fortalecem o sentimento de pertencimento e colaboração.
	Moedas sociais são ferramentas de resistência econômica.	Estratégia Econômica	Ajudam comunidades a enfrentar crises.
	Moedas sociais são ferramentas de resistência econômica.	Estratégia Econômica	Ajudam comunidades a enfrentar crises.
	Moedas sociais são instrumentos contra a exclusão financeira.	Inclusão Financeira	Facilita o acesso a crédito e consumo.
	Paridade com moeda nacional facilita aceitação.	Sustentabilidade Monetária	Maior credibilidade para comerciantes.
	Redes de confiança são fundamentais para a aceitação da moeda.	Estrutura Social	A confiança dos usuários determina o sucesso.
	Uso digital pode facilitar a expansão.	Tecnologia e Inovação	Aumenta acessibilidade e eficiência.

Aspectos Restritivos das Moedas Sociais

Apesar do grande potencial, algumas barreiras podem limitar a adoção e o impacto das moedas sociais. Um dos principais desafios é a baixa adesão dos comerciantes, o que pode comprometer a circulação da moeda e sua aceitação pelo público. Se os comerciantes não estiverem engajados, os consumidores podem não ver utilidade na moeda social.

A falta de acesso ao crédito representa outro entrave significativo. Muitas comunidades que adotam moedas sociais enfrentam dificuldades para obter recursos financeiros, o que limita sua capacidade de crescimento econômico.

Além disso, a ausência de um marco regulatório claro gera insegurança jurídica para os usuários e dificulta a institucionalização das moedas sociais no Brasil. Sem regulamentação, essas iniciativas podem ter dificuldades para serem reconhecidas e ampliadas, prejudicando sua credibilidade e expansão.

Classificação	Ponto Principal	Categoria	Justificativa
Restritivo	Baixa adesão de comerciantes pode limitar o impacto.	Adoção pelo Mercado	Reduc a circulação e aceitação da moeda.
	Falta de acesso ao crédito é um problema para comunidades.	Inclusão Financeira	Reduc a capacidade de crescimento econômico.

	Falta de marco regulatório gera insegurança.	Legislação	Dificulta institucionalização e formalização.
--	--	------------	---

Experiências Internacionais e Nacionais

Experiências Internacionais

Sarafu (Quênia)

O sistema Sarafu representa uma evolução significativa no conceito de moedas sociais, incorporando tecnologia blockchain e elementos de inclusão financeira digital.

Avanços:

- Implementação de smart contracts para automatização de transações
- Integração com sistemas de microcrédito local
- Participação expressiva de grupos tradicionalmente excluídos
- Rastreabilidade completa das transações

Entraves:

- Limitações de infraestrutura tecnológica em áreas rurais
- Necessidade de educação digital dos usuários
- Custos de manutenção da plataforma tecnológica
- Desafios regulatórios em evolução

Sistemas LETS (Canadá e Europa)

Os LETS estabeleceram um paradigma importante para sistemas de trocas locais, influenciando iniciativas globais.

Avanços:

- Criação de metodologias replicáveis de gestão
- Desenvolvimento de software específico para gestão de trocas
- Estabelecimento de redes inter-regionais de cooperação
- Integração com iniciativas de desenvolvimento local

Entraves:

- Dificuldade de escala além do nível comunitário
- Complexidade na gestão de grandes volumes de transações
- Resistência do setor empresarial tradicional
- Sustentabilidade financeira do sistema administrativo

Chiemgauer (Alemanha)

Esta experiência alemã merece destaque por sua longevidade e impacto econômico mensurável.

Avanços:

- Sistema híbrido (papel e digital) bem-sucedido
- Integração com bancos locais
- Taxa de oxidação que estimula a circulação
- Forte apoio institucional local

Entraves:

- Complexidade operacional
- Custos de impressão e segurança
- Necessidade de constante engajamento comercial

Experiências Nacionais

Banco Palmas (Fortaleza - CE)

O Banco Palmas estabeleceu um modelo referencial para iniciativas brasileiras.

Avanços:

- Metodologia de implementação documentada e replicável
- Integração com programas de microcrédito
- Sistema de capacitação continuada
- Reconhecimento institucional pelo Banco Central

Entraves:

- Dependência de lideranças locais
- Flutuações no volume de circulação
- Necessidade de renovação tecnológica
- Desafios na sucessão administrativa

Banco Mumbuca (Maricá - RJ)

O caso do Mumbuca destaca-se pela integração com políticas públicas municipais.

Avanços:

- Plataforma digital robusta
- Integração com programas sociais municipais
- Alto índice de adesão comercial
- Sistema de governança participativa

Entraves:

- Dependência de decisões políticas locais
- Necessidade de constante atualização tecnológica
- Desafios na expansão para municípios vizinhos

E-Dinheiro (Rede Nacional)

Esta plataforma nacional merece análise específica por seu potencial integrador. Não é uma moeda social, mas uma plataforma que possibilita as operações de moedas diversas.

Avanços:

- Padronização tecnológica nacional
- Interoperabilidade entre bancos comunitários
- Redução de custos operacionais
- Facilidade de auditoria

Entraves:

- Complexidade na gestão da rede
- Necessidade de suporte técnico constante
- Desafios de conectividade em áreas remotas

Moedas Sociais e Bancos Comunitários no Brasil: Comparação entre os principais pontos levantados nos demais estudos

As moedas sociais e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) desempenham um papel estratégico na economia solidária, promovendo inclusão financeira e desenvolvimento local. Diversos estudos analisam seus impactos e desafios, fornecendo perspectivas complementares sobre seu funcionamento. A seguir, compararemos os principais pontos levantados por Ariadne Scalfoni Rigo em sua tese com outros trabalhos acadêmicos relevantes.

Função das Moedas Sociais e sua Relação com o Desenvolvimento Comunitário

(RIGO, 2014) destaca que as moedas sociais exercem um papel fundamental na dinamização da economia local, mantendo a circulação de riqueza dentro das comunidades e fortalecendo o desenvolvimento endógeno. Sua pesquisa evidencia que essas moedas contribuem para a autonomia econômica de grupos marginalizados e reforçam laços comunitários (RIGO, 2014).

A análise sobre a moeda Concha, utilizada na comunidade de Matarandiba, na Bahia, confirma esse aspecto ao demonstrar como a moeda social cria relações econômicas baseadas na confiança e no pertencimento comunitário. No entanto, o estudo aponta que um dos desafios para sua sustentabilidade é a necessidade de coesão social e de aceitação pelos moradores (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015).

Outro estudo, sobre a moeda Palmas, em Fortaleza, revela um paradoxo: apesar de ter sido um modelo inspirador para outras moedas sociais, sua circulação tem diminuído, mesmo com o aumento do consumo no bairro. O estudo sugere que isso pode estar relacionado ao valor mais simbólico e político da moeda do que à sua função econômica prática (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017).

Já a pesquisa sobre o Banco Mumbuca mostra que a digitalização das moedas sociais pode impulsionar sua utilização, facilitando transações e garantindo maior rastreabilidade. Esse caso exemplifica como o uso da tecnologia pode ampliar o impacto das moedas sociais e aumentar sua aceitação, especialmente em comunidades periféricas com acesso restrito a serviços financeiros tradicionais (ALMEIDA; VIEIRA; LUZ, 2023).

Impacto das Moedas Sociais na Inclusão Financeira

Rigo (2014) argumenta que as moedas sociais desempenham um papel crucial na inclusão financeira ao permitir que indivíduos sem acesso ao sistema bancário formal participem da economia local. Esse argumento é reforçado pelo estudo sobre o Banco Mumbuca, que ilustra como a tecnologia digital pode viabilizar transações mais seguras e acessíveis para comunidades desbanckarizadas (ALMEIDA; VIEIRA; LUZ, 2023).

A pesquisa sobre a moeda digital Sarafu, no Quênia, oferece uma perspectiva internacional sobre esse fenômeno. Durante a pandemia de COVID-19, o uso da Sarafu cresceu significativamente, demonstrando que as moedas sociais podem atuar como amortecedores econômicos em períodos de crise e instabilidade financeira. O estudo destaca que a circulação dessas moedas é fortemente influenciada pela estrutura da rede de usuários e pelos padrões de confiança estabelecidos entre eles (MATTSSON; CRISCIONE; TAKES, 2023).

Estrutura e Governança das Moedas Sociais

Rigo (2014) enfatiza que a governança comunitária é essencial para o sucesso das moedas sociais e dos BCDs, pois facilita sua aceitação e manutenção dentro das comunidades. O estudo sobre a Concha em Matarandiba reforça essa ideia, ressaltando que a legitimidade da moeda social depende diretamente do nível de organização e engajamento dos membros da comunidade (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015).

Por outro lado, o estudo sobre o Banco Palmas aponta desafios na sustentabilidade das moedas sociais, destacando que, em alguns casos, a falta de uma estratégia clara para engajar os comerciantes pode levar à redução do uso da moeda, comprometendo sua circulação e impacto econômico (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017).

Regulação e Sustentabilidade das Moedas Sociais

A ausência de um marco regulatório⁴ claro para as moedas sociais no Brasil é apontada como um dos principais desafios para sua expansão e institucionalização (RIGO, 2014). A falta de regulamentação dificulta a formalização dessas moedas e cria incertezas quanto ao seu uso a longo prazo.

O estudo sobre o Banco Mumbuca ilustra como a introdução da legislação para pagamentos digitais (Lei nº 12.865/2013) ajudou a legitimar algumas iniciativas de moedas sociais digitais, permitindo que operassem dentro do Sistema Financeiro Nacional. Isso sugere que a regulamentação pode ser um fator decisivo para a continuidade e estabilidade dessas iniciativas (ALMEIDA; VIEIRA; LUZ, 2023).

⁴ Atualmente, o Brasil não possui uma regulamentação específica para as moedas sociais e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). No entanto, algumas iniciativas e marcos legais tangenciam essas práticas: Projeto de Lei 4.476/2023: Este projeto visa estabelecer um marco regulatório para as moedas sociais no país. Entre as propostas, destaca-se que a emissão dessas moedas deve ser autorizada pelo Banco Central e realizada exclusivamente em formato digital, utilizando tecnologias como o blockchain. Além disso, as moedas sociais devem ser integralmente lastreadas e indexadas ao real. O projeto ainda está em tramitação nas comissões pertinentes da Câmara dos Deputados. Lei nº 12.865/2013 e Resolução BCB nº 4.282/2013: Embora não regulamentem diretamente as moedas sociais ou os BCDs, esses dispositivos legais abriram espaço para novos arranjos no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), permitindo a utilização de moedas digitais para efetuar pagamentos por meio de dispositivos móveis. Isso tem sido utilizado como base para algumas atividades relacionadas às moedas sociais. Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Embora não seja um marco regulatório oficial, este documento, elaborado por entidades como o Instituto Banco Palmas, oferece diretrizes para a criação e operação de BCDs, enfatizando a gestão comunitária e a emissão de moedas sociais locais.

Tecnologia e Inovação no Uso das Moedas Sociais

Enquanto Rigo (2014) aborda a importância das redes de confiança para a aceitação das moedas sociais, a pesquisa sobre Sarafu apresenta uma nova perspectiva ao demonstrar como técnicas de análise de redes podem mapear a circulação da moeda e identificar padrões de uso. Esse estudo sugere que a aplicação de ferramentas analíticas avançadas pode melhorar a compreensão sobre os fatores que impulsionam ou limitam o uso das moedas sociais (MATTSSON; CRISCIONE; TAKES, 2023).

Além disso, o estudo sobre os bancos comunitários no Brasil destaca que a adoção de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) pode facilitar a expansão das moedas sociais, tornando sua gestão mais eficiente e transparente. A implementação de plataformas digitais, como a utilizada pelo Banco Mumbuca, pode aumentar a aceitação das moedas sociais ao permitir transações eletrônicas seguras e acessíveis (ALMEIDA; VIEIRA; LUZ, 2023).

Conclusão

A análise das moedas sociais revela seu significativo potencial como instrumentos de desenvolvimento local e inclusão financeira, ao mesmo tempo em que evidencia os complexos desafios enfrentados em sua implementação e sustentabilidade. As experiências documentadas em diversos contextos, desde o Sarafu no Quênia até o Banco Palmas no Brasil, demonstram que iniciativas bem-sucedidas de moedas sociais requerem um delicado equilíbrio entre governança comunitária, inovação tecnológica e suporte institucional. Embora esses sistemas monetários alternativos tenham demonstrado notável capacidade de fomentar a resiliência econômica e a coesão social, sua viabilidade a longo prazo depende fortemente da superação de desafios-chave, como marcos regulatórios, adesão de comerciantes e infraestrutura tecnológica. A evolução das plataformas digitais e da tecnologia blockchain oferece oportunidades promissoras para expandir o alcance e a eficiência das moedas sociais, porém os princípios fundamentais de confiança e participação comunitária permanecem essenciais para seu sucesso. Ao vislumbrar o futuro, o papel das moedas sociais na promoção do desenvolvimento econômico inclusivo mostra-se cada vez mais relevante, particularmente em contextos em que os sistemas financeiros tradicionais se mostram insuficientes. No entanto, sua contínua evolução demandará atenção cuidadosa tanto aos fatores potencializadores que apoiam seu crescimento quanto aos elementos restritivos que precisam ser superados por meio de soluções inovadoras e suporte político-institucional.

Referências

- ALMEIDA, R. M.; VIEIRA, D. M.; LUZ, F. D. (2023). Moedas sociais digitais, pressões institucionais e a modelagem social da tecnologia. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 27, n. 6.
- BAQUERO, A. V. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. *Investigaciones Regionales*
- BLANC, J. (1998). Community and complementary currencies. *Review of Social Economy*.
- BRAGA, Tania Moreira. Desenvolvimento Local Endógeno entre a Competitividade e a Cidadania. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 5, maio 2002.



LAPENU, C.; PIERRET, D. (2007). *Handbook for the Analysis of the Governance of Microfinance Institutions*.

LEAL, L. P.; RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. (2015). Moedas sociais nos bancos comunitários de desenvolvimento: A experiência das Conchas em Matarandiba/BA. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 4, n. 2.

MATTSSON, C. E. S.; CRISCIONE, T.; TAKES, F. W. (2023). *Circulation of a digital community currency*. Leiden Institute of Advanced Computer Science, Leiden University.

RIGO, A. S. (2014). Moedas sociais e Bancos Comunitários no Brasil. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. (2017). O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no bairro da economia solidária. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 15, n. 1.

SINGER, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

STUDER, Tobias. *WIR and the Swiss National Economy*. Basel: WIR Bank, 1998. Tradução para o inglês por Philip H. Beard.

WELLEN, H. A. R. Contribuição à crítica da ‘economia solidária’. *Revista Katál*, v. 11, n. 1, p. 105-115, jan./jun. 2008.

WILLIAMS, Colin C. A Critical Evaluation of the Commodification Thesis. *Sociological Review*, v. 50, n. 4, p. 525-543, nov. 2002. DOI: 10.1177/003802610205000404